

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO
RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA
ZEOLITA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO
COMERCIAL LTDA ME A INABILITAÇÃO DA
EMPRESA NO PROCESSO DO EDITAL DE
CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS
PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSULTORIA E INSTRUTORIA NR 01/2018 –
SEBRAE/MT.**

A Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital, prevista no Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SEBRAE (Resolução CDN n.º 213, de 18 de maio de 2011), apresenta devidamente instruída, sua análise com relação ao **RECURSO** requerido pela empresa **ZEOLITA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME**.

1. DO RECURSO

Trata-se de Recurso impetrado pela empresa **ZEOLITA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME** contra sua não Habilitação, por “Não atendimento ao item 5.2 alínea “c” (comprovante de regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal) do Edital de Credenciamento promovido pelo SEBRAE/MT. O recurso foi recebida tempestivamente em 13/11/2018, via e-mail.

A recorrente **ZEOLITA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME**, alegou em apertada síntese:

1. Que a Lei Complementar nr 123 no art. 42 prevê que os comprovantes de regularidade fiscal das micro e pequenas empresas somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Ou quando não for possível obter do órgão responsável, pode ser apresentado uma declaração do próprio cidadão.
2. Que a prefeitura de Seropédica no RJ não se encontra informatizado e os protocolos são feitos manualmente e que apesar de ter solicitado, ainda não obteve a resposta da certidão municipal.
3. Pede revisão e correção da inabilitação.

É o relatório.

2. DO JULGAMENTO

2.1 - PRELIMINARMENTE

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Mato Grosso – SEBRAE/MT é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob forma de serviço social autônomo, não fazendo parte do Poder Público, executando-se assim suas atividades calcadas em planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

Cabe frisar que o **Sistema SEBRAE é regido pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE**, publicado no D.O.U em 16/9/98 (atualização - D.O.U. em 26/05/2011), regulamento este que teve respaldo do EG. TCU – Tribunal de Contas da União, conforme se depreende da Decisão nº 907/97 - Plenário - Ata 53/97 - Processo nº TC 011.777/96-6 – Min. Lincoln Magalhães da Rocha:

“Portanto, é razoável que os serviços sociais autônomos, embora não integrantes da Administração Pública, mas como destinatários de recursos públicos, adotem, na execução de suas despesas, regulamentos próprios e uniformes, livres do excesso de procedimentos burocráticos...”

Saliente-se, que em Sessão no TCU, em 23.03.98, o Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha comunicou o Tribunal que havia recebido a minuta do regulamento elaborada pelo "Sistema S" e que estava submetendo a um Grupo de Trabalho formado por servidores daquele Tribunal, lotados na 6º SECEX, 7º SECEX e SAUDI, e, que, feitas as adequações sugeridas pelo Grupo o Trabalho do TCU, "ocorreu nova reunião, com participação de integrantes do "Sistema S", onde consolidou-se uma Minuta de Regulamento de Licitações", conforme registrado pelo Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha no item 5 do seu VOTO, referente à decisão mencionada, levando-se em consideração que a minuta de Regulamento de Licitações Contratos foi submetida àquela Colenda Corte de Contas, em Sessão de 22.07.98 (Decisão nº 461/98-TCU-Plenário), através o processo TC-001.620/98-3, relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, tendo o Tribunal "recebido a minuta do Regulamento", integralmente transcrita no Relatório daquele eminente Ministro, publicado no D.O.U de 07.08.98, e ratificado o entendimento objeto da citada Decisão nº 907/97, considerando, também, que as 02 (duas) sugestões oferecidas pelo eminente Relator do processo TC 001620/98-3, constantes de seu Voto, foram inseridas de imediato no Regulamento.

Tudo isso para registrar, que desde 16/09/98, data da publicação no DOU, do Regulamento do Sistema SEBRAE, **é esse Regulamento, atualizado em 26/05/2011, que dá suporte legal às licitações e contratos**, de atos firmados pelo SEBRAE/MT e Sistema SEBRAE, **e não a Lei 8.666/93**.

2.2. DO MÉRITO

Sob a análise e julgamento do recurso, passamos a expor:

Da análise realizada, verificamos que na data de 05/11/2011, foi solicitado, ao representante da empresa, por e-mail, o encaminhamento dos documentos listados abaixo, vez que os mesmos estavam ausentes à documentação recebida no envelope de documentação em não atendimento ao item 3.1 – Etapa 2 – Envio de documentos físico em envelope lacrado.

No e-mail foram solicitados os seguintes documentos:

- 1) DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE INSCRIÇÃO ESTADUAL;
- 2) COMPROVANTE DE REGULARIDADE COM A FAZENDA FEDERAL;
- 3) COMPROVANTE DE REGULARIDADE COM A FAZENDA MUNICIPAL;
- 4) ANEXO II, COMPLETO E ASSINADO, COM OS DADOS DE TODOS OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA. ENVIAR POR EMAIL E A VIA ORIGINAL ASSINADO ENVIAR POR CORREIOS .

No entanto, em que pese a solicitação enviada ao representante da empresa, Verificamos que o mesmo não cumpriu com as exigências editalícias no tocante de apresentação do item 3 (acima) : **a Certidão Municipal não foi apresentada, dentro do prazo estipulado para saneamento**, qual seja até 06/11/2018. Alegou a seguinte informação :

“Infelizmente o sistema da prefeitura de Seropédica, RJ onde a empresa está cadastrada não é atualizado e portanto não consigo emitir o comprovante de regularidade em 24h. Encaminho o alvará para que avaliem a possibilidade de aceitá-lo, uma vez que só é emitido se a empresa estiver regular”

Em razão do exposto e através de informações feitas por diligências efetuadas, a Comissão Responsável pela Avaliação, Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital CRAHJQT do SEBRAE/MT pode concluir e **recomenda** à Autoridade Competente **considerar Procedente** o recurso acima analisado, pelas razões expostas.

Cuiabá/MT, 29 de novembro de 2018.

Comissão Responsável pela Avaliação e Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica do Edital SGF 01/2018:

[Documento original assinado no processo]
Zaira de Melo Pereira
Presidente da Comissão

[Documento original assinado no processo]
Jonilson Anelli
Membro da Comissão

[Documento original assinado no processo]
Adriana Rodrigues da Silva
Membro da Comissão

Em 29 (vinte e nove) de novembro de 2018, eu Diretor Superintendente do SEBRAE/MT, após a análise, concordo com a recomendação da Comissão e considero **PROCEDENTE** o recurso apresentado pela empresa **ZEÓLITA CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA ME**, adotando os fundamentos expostos pela comissão, decido **quanto a habilitação da empresa.**

Cuiabá/MT, 29 de novembro de 2018.

[Documento original assinado no processo]

JOSÉ GUILHERME BARBOSA RIBEIRO
Diretor Superintendente do SEBRAE em Mato Grosso